

UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO, FUNDAMENTADAS PELO CONCEITO DE GOVERNO ELETRÔNICO E *ACCOUNTABILITY*: uma análise do TJ/PR.

Danice Benchimol¹, Lucas Vinícius dos Santos Tavares², Luiza Moriggi da Silva³, Augusto Barbosa Arraes⁴, Mariana Mezzaroba⁵, Gisiela Klein⁶, Carlos Roberto De Rolt⁷, Adrian Sanchez Abraham⁸, Orides Mezzaroba⁹, Aires José Rover¹⁰, Clerilei Bier¹¹

¹ Acadêmica do Curso de Economia ESAG - PROBIC/UDESC

² Acadêmico do Curso de Administração Empresarial ESAG - PROBIC/UDESC

³ Acadêmica do Curso de Administração Pública ESAG - PROBIC/UDESC

⁴ Acadêmico do Curso de Administração Empresarial ESAG

⁵ Acadêmica do Curso de Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento UFSC

⁶ Acadêmica do Curso de Mestrado em Administração ESAG/UDESC

⁷ Professor Departamento de Pós-Graduação ESAG

⁸ Professor Departamento de Administração Empresarial ESAG

⁹ Professor Participante do Departamento de Direito UFSC

¹⁰ Professor Participante do Departamento de Direito UFSC

¹¹ Orientadora, Departamento de Administração Empresarial ESAG – clerilei@gmail.com

Palavras-chaves: Poder Judiciário. TIC. Accountability

O projeto teve como objetivo estudar como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) auxiliam na Gestão e Inovação do Poder Judiciário. O estudo teve como base os conceitos de Governo Eletrônico e *Accountability* e analisou as metas de Gestão Estratégica implementadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa e caracterizou-se como um estudo descritivo documental baseado em documentos primários, públicos e não solicitados. Os documentos analisados foram o Planejamento Estratégico do CNJ, as metas anuais entre os anos de 2009 e 2014, bem como todos os documentos disponibilizados pelos Tribunais de Justiça de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná em seus respectivos portais institucionais na internet.

Após o estudo descritivo documental, seguiu-se à análise de conteúdo desses documentos. Para o estudo descritivo documental, foram considerados os documentos públicos referentes ao Planejamento Estratégico do CNJ e as informações disponibilizadas pelos Tribunais de Justiça de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná em seus portais institucionais na Internet. A análise de conteúdo, por sua vez, se deu com a categorização e cruzamento das informações, resultando na interpretação dos dados.

A delimitação do estudo considerou as dimensões tempo e espaço. Na dimensão tempo, foram selecionados os documentos válidos entre os anos de 2009 e 2014. Na dimensão espaço, foram considerados os documentos referentes aos três tribunais de justiça da Região Sul do Brasil. O recorte do período 2009 a 2014 foi feito em função do Plano Estratégico do Judiciário 2009-2014, criado a partir da Resolução nº 70/2009. Neste período, o CNJ publicou, anualmente, uma série de metas a serem cumpridas por todos os órgãos ligados ao Poder Judiciário no Brasil. No total, foram publicadas 41 metas em seis anos. Já o recorte na Região Sul do Brasil se justifica pelo escopo da pesquisa, que se restringe à análise desta região em específico.

A revisão bibliográfica que precedeu o estudo foi feita a partir de artigos, teses, dissertações e livros relacionados a cinco grandes temas: Gestão no Poder Judiciário; TICs no Poder Judiciário; *accountability*; transparência no Poder Judiciário; e governo eletrônico.

Após o levantamento do estado da arte em relação a esses temas, o grupo partiu para a formulação das hipóteses e dos objetivos da pesquisa. Paralelamente, foi dado início à pesquisa documental nos sites do CNJ e portais institucionais dos tribunais de justiça da Região Sul (escolha dos documentos, coleta dos dados e cruzamento dos dados). Em seguida, foi realizada a análise de conteúdo com a codificação, categorização e quantificação das informações extraídas dos documentos. Essa análise resultou no tratamento dos resultados e interpretações, quando o grupo pode sintetizar as informações e fazer as primeiras inferências pautadas pelos objetivos iniciais do estudo.

O trabalho no grupo de pesquisa foi distribuído da seguinte forma: na etapa inicial de levantamento bibliográfico, os professores que coordenaram o estudo distribuíram textos para cada bolsista ler e fazer o fichamento. Na segunda etapa, parte dos bolsistas fez o cruzamento dos dados referentes às metas e à Resolução nº 70/2009 e outra parte dos alunos fez a coleta de dados nos sites dos Tribunais de Justiça.

No meu caso, além dos fichamentos, fiz também a coleta de dados no portal do Tribunal de Justiça do Paraná. Uma das conclusões a que chegamos diz respeito à escassez de informações nesse portal, principalmente sobre as metas estabelecidas pelo CNJ. Na troca de informações com os demais bolsistas, foi possível perceber que entre os três tribunais de justiça da região Sul, o do Paraná é o menos detalhado e com maior dificuldade para acessar os dados.